

Fundamentos:

(Fonte: Página da Rits – Organizações em rede – Fundamentos).

Uma rede é um sistema de nós e elos capazes de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum. Eis os principais fundamentos de uma rede:

- **Autonomia:** Cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação.
- **Valores e objetivos compartilhados:** O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns.
- **Vontade:** Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é à vontade.
- **Conectividade:** Uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.
- **Participação:** A cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir.
- **Multiliderança:** Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.
- **Informação:** Numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação.
- **Descentralização:** Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial.
- **Múltiplos níveis:** Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo “valor de rede” que a estrutura maior à qual se vinculam.
- **Dinamismo:** Uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica e em movimento, que ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. Uma rede é multifacetada. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova.

ARTICULAÇÃO DE RECURSOS E FORMAÇÃO DE REDES INTERNAS E SOCIAIS

Maria da Graça Maurer Gomes Türck¹

A articulação de Recursos Sociais com o objetivo de construção de Redes Sociais de Apoio necessita que se objetive primeiramente, uma articulação de pessoas/profissionais, representantes desses Recursos. Essa articulação entre essas pessoas/profissionais é o eixo gerador de todo o processo e a essência fundamental para a construção da Rede Social. Portanto, quando se fala em articulação de Recursos inicia-se a pensar sobre a união desses para atingir um objetivo. Já se parte do pressuposto que um Recurso isolado somente consegue atingir uma pequena demanda. Seu gasto financeiro é maior e cumpre em parte sua função social. Buscar a articulação é praticamente unir esforços, para se atingir um espaço social maior, e disponibilizar a outros segmentos sociais os seus benefícios em uma troca solidária e participativa. Sabe-se que os Recursos devem ser articulados junto com a comunidade. E essa articulação implica na formação de Redes que assumem uma qualificação específica na articulação desses Recursos. A Rede, por outro lado, implica em outro nível de trabalho social. Seu entendimento passa pelo significado semântico da palavra rede, que fornece a noção *de fios, cordas, entrelaçados, fixados em malhas que formam como que um tecido*. (Aurélio, 1977:406) Então, ela surge da interligação entre os fios que a compõem. Necessita passar por um trabalho profissional qualificado para ser elaborada, isso pressupõe um objetivo comum para tecê-la. Portanto, a confecção de uma rede de pesca, por exemplo, necessita de pessoas qualificadas, com um objetivo comum e atenção constante na execução da tarefa. Esse grupo deve estar aberto a novas aprendizagens na forma de tecer os fios e principalmente estar disponível ao outro com quem dividirá a tarefa. Portanto, o significado semântico da palavra Rede, remete para o espaço social onde ela se constituirá e alguns elementos são fundamentais para a articulação de Recursos a partir da formação de Redes: flexibilidade para aprender; disponibilidade para compartilhar e qualificação para executar.

Como a Rede se constitui em um espaço social, se estrutura então, a partir de uma organização de diálogos, ela acontece em um espaço relacional, onde existem laços², mas não relacionamentos³. E esta se dá em dois níveis: as Internas e Sociais.

A estruturação da Rede Social é precedida pela Rede Interna que se estrutura a partir da *síntese da experiência e conhecimento profissional dos atores sociais em uma ação conjunta e participativa*. Enfim, é na Rede Interna que se recupera a experiência individual através do diálogo, na significação do outro, surgindo então, a solidariedade coletiva. *Seu objetivo é à construção de uma práxis interdisciplinar no atendimento a situações individuais e/ou coletivas que emergem em um determinado contexto social*. (TÜRCK, 1999:3).

É na Rede Interna que o espaço individual do sujeito se transforma em um espaço de grupo e na possibilidade da construção de uma práxis interdisciplinar, na organização da Rede Social. Para estruturá-la, o profissional organizador, participante ativo da Rede, necessita conquistar a comunidade, conhecendo a história do lugar, seu espaço geográfico e a sua colonização. Porque é nesse contexto social que a Rede Interna passa a se organizar. O participante ativo da Rede deve ter a compreensão que o sujeito se processa no relacional, deve ser flexível e ser o 'fiador' da garantia do espaço individual, em um contexto de grupo. A Rede

¹ Assistente Social, prof^a. do Curso de Serviço Social da ULBRA, Canoas/Rs, Terapeuta de Família e Mediadora em Conflitos Familiares.

² Nó que se desata sem esforço; aliança; vínculo. (AURÉLIO, 1977:284)

³ Convivência entre pessoas. (AURÉLIO, 1977:410)

Interna como núcleo estável da Rede de Planejamento, deve ser formado a partir das primeiras/pessoas/profissionais que chegam para participar, no entanto, deve-se ter o cuidado de não institucionalizar a liderança, se isto acontecer, a Rede acaba. Ela usa então, os espaços institucionais para se constituir, mas não se institucionaliza.

O núcleo estável, como Rede Interna, deve ter como objetivo acompanhar mais firmemente a organização da Rede Social. Deve registrar todo o seu trabalho de estruturação e desenvolvimento, gerando processos reflexivos e novos conhecimentos para qualificá-la. Não pode perder de vista que a Rede é um processo que gera, não fecha, portanto é uma extensão que trabalha em vários momentos, organizando-se no social que é constituído por significados individuais, onde a emocionalidade sempre estará presente.

A Rede Social busca níveis de integração para recuperar o sistema de integração social, que se constitui em sua ideologia, com o objetivo de estabelecer o relacionamento entre eles. É fundamental trazer para o contexto de organização da Rede Social, cuja demanda está relacionada com a criança e o adolescente, conhecimentos relativos à Lei 8069/90, ECA e a Lei Orgânica de Assistência na garantia do que está previsto no seu Art. 1º- *a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizadas através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.* (Lei nº 8742, 1993) Essas leis darão sustentação jurídica ao que se propõe uma Rede Social de Atenção à criança e ao adolescente.

A formação da Rede Interna estabelece as bases necessárias para se propor um trabalho coletivo e solidário com as lideranças comunitárias oficiais e as institucionais na organização da Rede Social, como: padres, pastor evangélico, juiz, promotor, diretor do Fórum, Conselhos Tutelares, delegacias, partidos políticos, universidades, prefeito, '1ª dama', Lions, Rotary, médicos e lideranças da Associação Comercial. Também com a 'categoria intermediária', como grupos voluntários, comunidades eclesiais de base, assistentes sociais da prefeitura, da escola, professores, diretores das escolas, SOE, APAE, SESI, SENAI, movimentos das bandeirantes e escoteiros, dentre outros.

O processo de sensibilização e co-responsabilidade social construído a partir da Rede Interna, propicia o clima solidário necessário para a construção de projetos na área da infância e adolescência sob a ótica da 'Doutrina de Proteção Integral'.

Além do conhecimento do espaço físico e cultural, o 'grupo embrionário' da Rede Interna deve, em uma ação conjunta imediata, conhecer todos os trabalhos desenvolvidos na comunidade nessa área. O conhecimento desses recursos possibilita a formação de Redes Sociais, vista como o entrelaçamento de recursos sociais em uma ação conjunta e solidária, de forma co-participativa, com o objetivo de gerar a solução de problemas que emergem em uma determinada comunidade. (TÜRCK et al., 1997).

Portanto a Rede Social se forma a partir de programas específicos elaborados com os Recursos Sociais disponíveis para atender uma população específica, no caso crianças e adolescentes em risco social, e adolescentes em conflito com a lei. Os Recursos passam então, a incorporar-se a Rede Social, criando um sistema integrado, a partir do fortalecimento do relacionamento entre eles. Passam então, a trabalhar dialogando. Portanto a Rede Social é o sujeito singular que a integra envolvido em uma relação de diálogos. É uma realidade que está em movimento permanente, gerando processos de conhecimento e de intervenção. É uma metodologia em desenvolvimento para gerar o trabalho social.

Na estruturação de Redes Interna e Sociais, existem três elementos que podem inviabilizá-las. A Rede não pode ter uma estrutura piramidal, tem que proporcionar a ruptura dessa estrutura, para dar espaço ao sujeito singular e conseqüentemente, recuperar o contato com

os outros. Não pode ter elementos normativos rígidos porque impossibilita a sua capacidade geradora. Não pode ter poder, porque este destrói a criatividade e a capacidade de recuperação do tecido social. Enfim, o maior desafio na organização de Redes Interna e Sociais, é mantê-las viva.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº8069. Rio de Janeiro: Auriverde, 1990.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei nº 8742, de 7 de setembro de 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes *et al.* *Liberdade Assistida e Orientação Judiciária*. Juizado da Infância e da Juventude. Trabalho. Porto Alegre, 1996.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. *Articulação entre o Poder Judiciário, Poder Executivo e a Comunidade: Redes Sociais de Atendimento*. Porto Alegre: Febem, 1999.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. *Serviço Social Jurídico. Perícia Social no Contexto da Infância e da Juventude. Manual de Procedimentos Técnicos*. Campinas. São Paulo. Livro Pleno, 2000.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. *Rede Interna e Rede Social: O desafio permanente na teia das relações sociais*. Coleção Amencar. Porto Alegre. Tomo Editorial. 2001.